



**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**  
**PRACA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903**  
**FAX NO 231-1518**

PROCESSO CEE N° : 765/94  
INTERESSADA : Luciana Almeida Bonfim  
ASSUNTO : Regularização de matrícula e convalidação  
dos atos escolares  
RELATOR : Cons. Luiz Roberto da Silveira Castro  
PARECER CEE N° : 859/94 - CEPG - Aprovado em 14-12-94

**CONSELHO PLENO**

**1. RELATÓRIO**

**1.1 HISTÓRICO**

Mariana Almeida Bonfim, RG nº 9.750.977, mãe e representante legal de Luciana Almeida Bonfim, nascida a 28-07-85, requer, em 30-09-94, a este Conselho, regularização da matrícula na 3ª série, no ano de 1993, na EEPG "Prof. Dr. Rubens Mercadante de Lima" e convalidação dos atos escolares praticados posteriormente.

De acordo com os autos, Luciana frequentou, em 1991, turma de pronto atendimento da EMEI "Prof. Benedito Estrelita de Mello"; no 1º semestre de 1992, cursou o Ciclo Básico Inicial, na EEPG "Prof. Rodolfo Mehlmann", sendo transferida para a EEPG "Prof. Camilo Faustino de Mello", no 2º semestre, frequentando o Ciclo Básico em Continuidade.

Em 1993, a aluna foi transferida para a EEPG "Prof. Dr. Rubens Mercadante de Lima" e matriculada no Ciclo Básico em Continuidade. Porém, diante das informações favoráveis de educadores da escola de origem, da própria escola em que foi matriculada e de psicóloga foi encaminhada para a 3ª série, tendo atingido todos os objetivos previstos para a mesma, conforme documento anexado ao processo.



PROCESSO CEE N° 765/94

PARECER CEE N° 859/94

Constam dos autos que, em 15-03-93, a mãe da referida aluna solicitou à direção da citada unidade escolar, o encaminhamento, a este Conselho Estadual de Educação, de solicitação de convalidação dos estudos já realizados pela aluna, e autorização de matrícula na 3ª série, anexando relatórios e documentos. A referida direção, considerando "imatura um parecer próprio a respeito", encaminhou o pedido para manifestação da Delegacia de Ensino de Mogi das Cruzes.

Em 02-04-93, a Supervisão de Ensino posicionou-se contrariamente ao pedido, fundamentada no Artigo 29 da Deliberação CEE nº 14/86, propondo o encaminhamento do expediente a este Conselho, com o que concordou a Sra Delegada de Ensino.

Encaminhado à DRE 5-Leste, em despacho de 17-05-93, a Sra Diretora Regional devolveu os autos à DE "para as providências" e, em 28-05-93, a Supervisão de Ensino manifestou-se pela permanência da aluna no Ciclo Básico, com o que concordou a Sra Delegada de Ensino.

Constam dos autos, que a referida aluna terminou a 3ª série e está cursando a 4ª série, neste ano de 1994.

Em 30-09-94, a mãe da aluna requereu diretamente a este Colegiado "sua matrícula na 3ª série no ano de 1993 e convalidação de estudos realizados posteriormente".



PROCESSO CEE N° 765/94

PARECER CEE N° 859/94

#### 1.2 APRECIAÇÃO

1.2.1 Segundo os autos, as autoridades competentes da SE deixaram de atender, em 1993, a solicitação feita por Mariana Almeida Bonfim, mãe e representante legal de Luciana Almeida Bonfim, de encaminhamento, a este Conselho Estadual de Educação, de pedido de autorização de matrícula da aluna na 3ª série e convalidação de estudos já realizados, manifestando-se, inclusive, contrárias, quanto ao mérito do solicitado. Por outro lado, no entanto, foi permitido que a aluna cursasse a 3ª série e, neste ano de 1994, que freqüentasse a 4ª série, tendo obtido em ambas ótimos resultados, conforme suas "cadernetas de notas".

1.2.2 Estando a aluna cursando a 4ª série, o pedido da mãe, datado de 30-09-94, deve ser o de autorização de matrícula na 4ª série e convalidação de estudos já realizados.

#### 1.2.3 A respeito do assunto:

- o Artigo 18 da Lei 5.692/71 estipula que o ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos;

- o Artigo 29 da Deliberação CEE nº 14/86, diz:

"A partir de 1987, fica vedada a matrícula, na 3ª série do Curso de 1º Grau, de aluno que não tenha cumprido satisfatoriamente, no mínimo, dois anos de escolaridade no referido grau de ensino";



PROCESSO CEE N° 765/94

PARECER CEE N° 859/94

- o Decreto nº 21.833/83 estabeleceu no Parágrafo único do Artigo 19:

"O Ciclo Básico terá a duração mínima de dois anos letivos e será implantado..."

Apesar da legislação vigente e deste Colegiado ter posição contrária à aceleração de escolaridade, recomendando sempre que a escola ofereça atividades de enriquecimento curricular, estamos diante de uma situação de fato: a aluna está cursando a 4ª série, os documentos anexados mostram que cumpriu satisfatoriamente o único ano, do Ciclo Básico, que cursou e que obteve ótimos resultados na 3ª série e na 4ª série (ainda em andamento).

Desta forma, negar o solicitado, além de prejudicar a aluna do ponto de vista psicológico e pedagógico seria injusto, uma vez que houve falha administrativa da Escola.

## 2. CONCLUSÃO

2.1 Autoriza-se, em caráter excepcional, a matrícula de Luciana Almeida Bonfim, em 1994, na 4ª série da EEPG "Prof. Dr. Rubens Mercante de Lima", em Mogi das Cruzes, DE da mesma cidade, e convalidam-se os atos escolares praticados anteriormente.

2.2 Recomenda-se às Delegacias de Ensino que reforcem, junto aos Diretores de escolas e professores, a necessidade e importância do atendimento à Indicação CEE 06/86.



PROCESSO CEE N° 765/94

PARECER CEE N° 859/94

2.3 Nos documentos escolares da aluna deve ser registrado o número deste Parecer, que deverá também ser a eles anexado.

São Paulo, 04 de novembro de 1994

a) Cons. *Luiz Roberto da Silveira Castro*  
*Relator*

### 3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Eliana Asche, Luiz Roberto da Silveira Castro, Marilena Rissutto Malvezzi e Mário Neu Ribeiro Daher.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 23 de novembro de 1994

a) Cons<sup>a</sup> *Marilena Rissutto Malvezzi*  
*Vice-Presidente no exercício*  
*da Presidência da CEPG*



PROCESSO CEE N° 765/94

PARECER CEE N° 859/94

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova,  
por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro  
Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de  
dezembro de 1994.

a) Cons. NACIM WALTER CHIECO  
Presidente